



PARANÁ 2022
JONI CORREIA
GOVERNADOR

27



O Paraná tem pressa

Plano de governo

Coordenação: Aloiz Antochevis

O Paraná Tem Pressa



Sumário

1. O PARANÁ TEM PRESSA	05
1.1 PRINCIPIOS INALIENÁVEIS DA DEMOCRACIA CRISTÃ	05
1.2 GOVERNO PARA O CIDADÃO	06
1.3 VISÃO ESTRATÉGICA	06
1.4 QUESTÕES ACIMA DAS MACRO ÁREAS	07
1.5 QUESTÃO DAS MULHERES	07
1.6 QUESTÃO DOS IDOSOS	08
1.7 QUESTÃO DO EMPREENDEDORISMO	08
1.8 QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE	09
1.9 PROJETO GESTÃO DE RESÍDUOS	09
2. AS 19 MACRO ÁREAS DO PLANO DE GOVERNO DO DEMOCRACIA CRISTÃ - 27	11
2.1 MACRO ÁREA DO ABASTECIMENTO.....	11
2.2 MACRO ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA	12
2.3 MACRO ÁREA DA AGRICULTURA	15
2.4 MACRO ÁREA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	18
2.5 MACRO ÁREA DA CULTURA	19
2.6 MACRO ÁREA DO DESENVOLVIMENTO	22
2.7 MACRO ÁREA DA EDUCAÇÃO	25
2.8 MACRO ÁREA DO ESPORTE	28
2.9 MACRO ÁREA DA FAZENDA	29
2.10 MACRO ÁREA DA FAMÍLIA	30
2.11 MACRO ÁREA DA HABITAÇÃO	30
2.12 MACRO ÁREA DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	31
2.13 MACRO ÁREA DA JUSTIÇA	34
2.14 MACRO ÁREA DO PLANEJAMENTO	36
2.15 MACRO ÁREA DA SAÚDE	37
2.16 MACRO ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA	40
2.17 MACRO ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45
2.18 MACRO ÁREA DO TRABALHO	48
2.19 MACRO ÁREA DO TURISMO	49
3. COLABORADORES DO PLANO DE GOVERNO	50

1. O PARANÁ TEM PRESSA

Introdução

Este Plano estabelece as linhas básicas das políticas e ações do Governo Joni Correia. A sua concepção está baseada em alguns princípios Inalienáveis e que nortearão todas as ações da gestão. É um projeto que tem como foco o Estado Adequado visando atender as demandas de todo o povo, com a ética e a transparências necessárias.

1.1 PRINCÍPIOS INALIENÁVEIS DA DEMOCRACIA CRISTÃ

- ✓ **É um partido cristão e assim** o Estado será norteado pelos Valores Cristãos;
- ✓ **Defesa da Vida:** a DC defende a vida desde a sua concepção;
- ✓ **Conservadorismo:** O DC é um partido conservador que preserva os valores da família tradicional e que preza pela ética, moral e bons costumes e na crença da liberdade, nomeadamente religiosa, de ensino e econômica;
- ✓ **Estado Necessário.** DC defende a meritocracia no Serviço público com um Estado adequado em seu tamanho, suprimindo apenas as funções típicas de Estado;
- ✓ **Defesa do Regime Democrático:** DC, como Partido Político destina-se a assegurar, no interesse do Regime Democrático, a autenticidade do sistema;
- ✓ **Defesa do Livre Mercado.** O DC fomentará mercado para que os empresários e produtores de qualquer segmento tenham onde vender seus produtos;
- ✓ **Defesa da Igualdade racial e de gênero.** O caput do artigo 5º da CF diz o seguinte: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- ✓ **Defesa da Liberdade de Expressão.** O artigo 220 da CF diz que todos são livres para a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo e não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
- ✓ A orientação para o **personalismo, a solidariedade e a subsidiariedade:**
 - A ideia central do **pensamento personalista** é a ideia de que a pessoa não consiste apenas em um simples conjunto de matéria mas alguém com alma

encarnada em um corpo, situada na história, e constitutivamente comunitária;

- **solidariedade**, subentende a ideia de que os seus praticantes se sintam integrantes de uma mesma comunidade e, portanto, sintam-se interdependentes, solidarizando-se com as necessidades do próximo e principalmente, se dispondo a solucioná-las ou amenizá-las;
 - **Subsidiariedade** é um princípio de organização social que sustenta que questões sociais ou políticas de uma sociedade devem ser resolvidas no plano local mais imediato que seja capaz de resolvê-las.
- ✓ **a defesa das instituições, das tradições e da família** como célula fundamental da sociedade;
- ✓ o **apoio à economia de mercado**, procurando dar um rosto humano ao capitalismo, através da dignidade laboral (meritocracia).

O GOVERNO JONI CORREIA NÃO TERÁ ESPAÇO PARA FAVORES DE NENHUMA ESPÉCIE POIS SERÁ BASEADO NA MERITOCRACIA QUE PRIVILEGIA A COMPETÊNCIA, A IMPESSOALIDADE, A MORALIDADE E A EFICIÊNCIA DO SERVIDOR. O PARANÁ TEM PRESSA.

1.2 GOVERNO PARA O CIDADÃO

Todo o programa de governo privilegia a honestidade nas relações do Estado com a sociedade. Neste sentido as ações sempre serão integrais e buscando o bem-estar do cidadão. Assim a sustentabilidade é um dos 3 pilares básicos:

- 1 – Pilar social
- 2 – Pilar Ambiental
- 3 – Pilar Econômico

1.3 VISÃO ESTRATÉGICA

Após a definição dos princípios cima apresentados, vamos aos eixos estruturantes que irão ORIENTAR ações de governo, delineado o modo de conduzir a gestão pública. Neste sentido propõe-se o desenvolvimento descentralizado com a

participação ativa dos municípios, os quais serão os grandes parceiros do governo estadual na implantação de uma política de desenvolvimento regional para geração de riqueza e crescimento sustentável. A ideia central é atrair, gerar, reter e fomentar a criatividade, o conhecimento e a inovação no próprio município.

Desenvolvimento baseado em mercado. O Estado terá papel estratégico e ativo para que os produtos sejam colocados no mercado. Fomentar e instalar mercados, dependendo do caso, para todos os produtos gerados no Estado.

1.4 QUESTÕES ACIMA DAS MACRO ÁREAS

Algumas questões, pela importância que possuem no Governo do DC, estão colocadas acima de todas as Macro Áreas. Isto significa que em todas as áreas, haverá pontos de atenção e de gestão sobre as mulheres, idosos, meio ambiente e empreendedorismo. Estas questões deverão ser tratadas em todos os segmentos de todas as secretarias.

1.5 QUESTÃO DAS MULHERES

O governo Joni Correia valoriza protagonismo das mulheres e neste sentido entende que elas serão reconhecidas e valorizadas e ocuparão cargos estratégicos em todas as Macro áreas e terão especial atenção quanto a orientação jurídica e prevenção à violência tema de discussão permanente. **O Paraná tem Pressa na Valorização e Defesa da Mulher.**

Ações específicas destinadas as mulheres

- ✓ Desenvolver uma ação que em todas as delegacias do Estado as mulheres possam ter um atendimento diferenciado, feito preferencialmente por servidoras mulheres especialmente nas situações de violência e vulnerabilidade;
- ✓ Cada região polo do Estado deverá estabelecer convênios para que os casos de violência contra as mulheres, sejam elas assistidas por psicólogas, peritas, assistentes sociais e outras profissionais especializadas. Quando for o caso

de uma delegacia especial visando o atendimento a estas violências, estas profissionais deverão estar já na própria delegacia especializada;

- ✓ O sistema de informações sobre violência contra mulheres, deverá ser unificado em todo o Estado, visando ações preventivas;
- ✓ Desenvolver programas especiais visando acomodar em associações e cooperativas as mulheres artesãs de cada região, fomentando o mercado único para venda e valorização dos seus produtos e incrementando o treinamento e financiamento necessários ao desenvolvimento do negócio.

1.6 QUESTÃO DOS IDOSOS

Políticas públicas para atender este segmento social que está sempre a margem. Neste sentido serão estabelecidas linhas de ação que estimulem o mercado de trabalho a gerar empregos adequados à terceira idade, assim como a área da educação que irá ofertar cursos direcionados às suas necessidades.

Desenvolver política de incentivos fiscais para empresas que contratarem pessoas com mais de 55 anos de idade.

Criação em parceria com as Prefeituras de Espaços Especiais destinados ao convívio e encontro de pessoas da Terceira Idade, visando estimular o tão necessário convívio social o que irá gerar inclusão social, participação cívica e emprego. **O Paraná tem Pressa na Assistência os Idosos.**

1.7 QUESTÃO DO EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é uma característica do paranaense. Neste sentido o Governo estimulará os investimentos nesta área e promoverá os mercados e treinamentos necessários visando desenvolver as competências específicas de cada região do Estado, que será dividido estrategicamente dividido em regiões, respeitando o que existe e a proximidade dos insumos, em caso de novos setores.

Desenvolver programa específico para estimular os empreendedores. Premiar ideias criativas, tanto aquelas que provém do mercado paranaense quanto aquelas

desenvolvidas nas universidades Estaduais. **O Paraná tem pressa no empreendedorismo.**

1.8 QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE

A exemplo do Mulher, dos idosos e do Empreendedorismo, o Meio Ambiente será uma Preocupação constante do DC, portanto ele está num patamar supra macro áreas. Neste sentido a preservação e a geração de energia limpa serão prioridades.

1.9 PROJETO GESTÃO DE RESÍDUOS

Através da utilização das tecnologias de ponta (reciclagem energética), que respeitam o meio-ambiente, num período estimado de 10 anos todas as cidades paranaenses deverão implantar e utilizar as Usinas de Reciclagem Energética, que irão transformar resíduos que normalmente vão para aterros sanitários em fontes geradoras de energia. A reciclagem energética transforma resíduos em energia térmica e/ou elétrica. Todos os resíduos que não conseguem ser reciclados mecanicamente ou quimicamente, podem ser destinados termicamente e com o calor desse processo, gerar energia térmica ou elétrica tecnologia. É uma forma de reciclagem que tem um Baixo Impacto Ambiental, já comprovados por muitos países desenvolvidos, como a Alemanha, por exemplo.

O que se ganhará com este projeto

- ✓ Tem alta eficiência em recuperação de calor e eletricidade;
- ✓ Processo tem emissões muito baixas;
- ✓ Possibilita a reutilização de diferentes subprodutos;
- ✓ Pode utilizar e recuperar escórias na indústria de construção;
- ✓ Evita o aterramento gerando baixa quantidade de rejeitos, nocivos à natureza.

O **governo DC** entende que é possível desenvolver uma região de forma integrada com a preservação do meio ambiente e portanto sustentável. Assim regiões que possuem microbacias passam a ser tratadas como unidades autônomas e nestas serão desenvolvidas ações com o objetivo de tornar mais justo e ambientalmente

sustentável o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano, por meio da manutenção do meio ambiente, uso racional dos recursos naturais, conservação dos recursos hídricos, solo, atmosfera e da qualidade de vida das pessoas.

O Paraná tem pressa no trato do meio ambiente.

2. AS 19 MACRO ÁREAS DO GOVERNO

- 1. Abastecimento**
- 2. Administração e Previdência**
- 3. Agricultura**
- 4. Comunicação Social**
- 5. Cultura**
- 6. Desenvolvimento Industrial**
- 7. Educação**
- 8. Esportes**
- 9. Fazenda**
- 10. Família**
- 11. Habitação**
- 12. Infraestrutura e Logística**
- 13. Justiça**
- 14. Planejamento**
- 15. Saúde**
- 16. Segurança Pública**
- 17. Tecnologia da Informação - TI**
- 18. Trabalho e Emprego**
- 19. Turismo**

2.1 MACRO ÁREA DO ABASTECIMENTO

A Lei Federal nº 11.445/2007 e a sua mais recente atualização, a Lei nº 14.026/2020, instituem a necessidade de elaboração de Planos de Saneamento Básico como instrumento norteador nos âmbitos da União, Estado e Município.

Assim, O PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO se configura, então, em uma ferramenta de planejamento estratégico para os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais no estado.

Baseado nesta legislação, o plano de governo irá trabalhar as seguintes diretrizes:

- ✓ Planejar, Regular e financiar o setor, tanto em áreas urbanas quanto rurais;
- ✓ Definir as responsabilidades de cada entidade envolvida, inclusive os usuários;
- ✓ Fomentar, em parceria com a Secretaria das Cidades e com a Secretaria de Recursos Hídricos o saneamento Rural, com especial importância para áreas de preservação permanente;
- ✓ Instituir o Sistema Estadual de Informações em Saneamento (SISANCE) e a criação do Fundo Estadual de Saneamento (FESB), ações importantes para o planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas e tomada de decisão do setor;
- ✓ Manter sempre atualizado o Plano Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PAAES) com diagnóstico, objetivos, metas, diretrizes, programas, projetos, ações e procedimentos de monitoramento e avaliação sistemática do setor.

2.2 MACRO ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

O Governo do Estado do Democracia Cristã irá atuar nos seguintes segmentos inerentes à administração do Estado:

Controle de todas as contratações realizadas pelo Estado

O governo do DC irá controlar todos os processos licitatórios que forem realizados, inclusive as atividades inerentes aos pregoeiros. Todas as licitações serão conduzidas conforme a legislação federal e estadual e haverá um controle efetivo no sentido de centralizar informações referentes a todos que operam com o Estado do Paraná. Ainda neste sentido, em convenio com os municípios, manter o sistema também alimentado por aquelas contratações feitas diretamente pelos municípios, a fim de propiciar em tempo real qualquer informação sobre qualquer localidade do Estado quando o assunto for contratos do poder público.

Operações, Serviços, Patrimônio e Transporte

O governo do DC irá controlar todo o Sistema de Gestão e Suprimento de Materiais e todas as manutenções, preventivas e corretivas das unidades que são patrimônio do Estado. A política de manutenções das sedes será exercida de forma descentralizada, ou seja, utilizando prestadores de serviços que estejam próximos das sedes do interior e priorizando pequenos especialistas no sentido de valorizar e incentivar a Mão de Obra Local. Tudo isto com controle centralizado no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS que deverá dispor em tempo real de informações precisas sobre o Estado como um todo.

Os municípios que necessitarem de treinamento para alimentar o GMS de forma correta, o Estado disponibilizará tal necessidade. Assim, todas as informações sobre a Gestão de Compras terão uma visão única e centralizada, o que dará transparência e agilidade.

Isto também permitiria que a Certidão de Regularidade dos Fornecedores do Estado possa ser feita de forma rápida e precisa.

A questão de patrimônio, mobiliário e imobiliário, também passará a ser feito de forma centralizada e em tempo real. A intenção é inventariar todos os imóveis de propriedade do Estado, utilizando inclusive os cartórios de registros de imóveis para uma busca fina. A partir disto, atualizar todos os dados existentes e alienar todos os imóveis que não sejam considerados estratégicos para o Estado.

Avaliar o sistema atual do transporte oficial o Estado, analisando o custo/benefício de toda a frota oficial recolhendo para descarte aqueles veículos que estejam com o seu comprometido pelo desgaste. Neste sentido, alienar todos os veículos da frota inservível e desnecessária, quando não houver possibilidade de realocação para outro fim de interesse público. Isto somente será possível se a administração e controle sejam feitos de forma centralizada e com informações em tempo real. Os novos processos de aquisição e locação de bens para a frota oficial serão criteriosamente avaliados com emissão de parecer técnico, visando a sua utilização somente em casos de necessidade comprovada. Gerir as atividades de alienação de veículos da frota inservível e desnecessária, quando não houver possibilidade de

realocação para outro fim de interesse público e as normas de utilização que serão elaboradas pela Macro Área.

Recursos Humanos, Saúde e Previdência

O **governo do DC** considera os colaboradores de todas as áreas como a mola propulsora de todo o governo. Neste sentido, serão desenvolvidas políticas e práticas de gestão de pessoas como forma de atrair os melhores profissionais do mercado. Independentemente de serem ou não funcionários públicos estáveis, serão implementadas políticas de valorização dos servidores tendo como critério a meritocracia. Neste sentido serão elaborados, em colaboração com os centros de excelência universitária mantidos pelo Estado, estudos técnicos que possibilitem definir as diretrizes de atuação, controle, proposição e supervisão dos funcionários com foco no mérito.

Ainda visando dar segurança ao sistema serão feitos estudos atuariais visando equilíbrio financeiro da Previdência do Estado. O Estado precisa definir a forma de manter o Sistema de Benefícios aos aposentados sustentável. Isto é necessário para preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná e promover o constante aperfeiçoamento dos processos de trabalho necessários à satisfação dos segurados e dependentes.

Outra preocupação do **governo do DC**, está relacionado à saúde do servidor. Neste sentido e visando preservar o que já estabelece a Lei (Decreto 8887/2010), intenção manter os benefícios de saúde patrocinados exclusivamente pelo Governo do Estado aos servidores estaduais, seus dependentes e pensionistas, primando sempre pela prevenção de doenças e qualidade de vida dos servidores, saúde ocupacional e Perícia Médica da Administração Pública.

Ações específicas serão realizadas para recuperar funcionários que estejam afastados e verificar motivos dos afastamentos para ações preventivas futuras.

Serão realizados convênios com hospitais, ou suas mantenedoras, para prestação de serviços de assistência à saúde no Estado.

2.3 MACRO ÁREA DA AGRICULTURA

Atribuição principal

PLANEJAR, ORGANIZAR E CONTROLAR a execução das atividades do setor agropecuário do Estado.

Atualmente possui núcleos nas seguintes cidades

Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama, União da Vitória.

A principal linha de atuação do DC será promover a melhoria dos mercados para todos os segmentos da pasta. Isso será feito através dos programas já existentes bem como a criação de novos programas que promovam ao empresário do campo as necessárias inovações tecnológicas, assistência técnica, extensão rural, infraestrutura e logística eficientes.

Estímulo ao empreendedorismo e a replicação das boas práticas para todos. Controle Biológico de pragas, e sempre buscando uma forma de produzir que seja sustentável.

Fortalecer a agricultura familiar como forma de incrementar a renda do agricultor.

O Paraná é um Estado que possui na sua essência uma vocação agrícola. Assim, possui alguns programas que incentivam esta pujante área do Estado e alguns deles existem já há muitos anos. Todos eles serão reavaliados e readequados, se necessário. Outros programas serão inseridos na Gestão da Macro Área da Agricultura.

Alguns programas que o **governo DC** considera prioritárias, alguns dos quais já existem, mas que serão readequados:

- ✓ **Ampliação da rede de restaurantes populares.** As prefeituras que tenham necessidade e condições financeiras de manter restaurantes populares podem solicitar a construção ao governo do Estado que o entregará apto a funcionar. A

intenção do DC é que todas as grandes cidades possuam pelo menos um restaurante popular para atender os desassistidos;

- ✓ **Doação de alimentos para entidades e famílias selecionadas.** O governo do Estado a partir deste cadastro irá coletar os alimentos, inicialmente na Ceasa e Mercado Municipal e as distribuirá para entidades assistenciais e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, complementando com aquilo que seria descartado às refeições diárias destes assistidos;
- ✓ **Energia limpa e reciclagem.** O DC irá conceder benefícios e subvenções para quem desenvolver e implantar projetos que utilizem fontes renováveis de geração de energia e programas destinados à irrigação, com especial foco nas agroindústrias familiares;
- ✓ **Escoamento de leite.** Este programa destinado aos pequenos produtores de iniciativa do Estado do Paraná que irá comprar o leite destes produtores e distribuí-lo às famílias carentes previamente cadastradas e que possuam crianças de até cinco anos em risco alimentar. Isto fará com que na fase mais crítica do desenvolvimento das crianças (0 a 5 anos), elas possuem leite para consumo e desenvolvimento e por outro lado estimulará a produção por pequenas famílias de leite de qualidade;
- ✓ **Estímulo à produção e venda produtos orgânicos:** em parceria com os municípios, conceder um local para que os produtores de orgânicos localizados no entorno das regiões urbanas, possam colocar a sua Banca na rua oferecendo diretamente ao consumidor. Fazer gestão junto a Assembleia Legislativa para isentar ou cobrar muito pouco das bancas que hoje existem, que em algumas cidades possuem altas taxas anuais para operação. Aliado a estas feiras, será estimulada produção de alimentos orgânicos com o desenvolvimento de um programa de orientação a agricultores familiares interessados em produzir alimentos desta forma. O programa também certificará os produtores de alimentos orgânicos no Estado do Paraná;
- ✓ **Estímulo ao Cooperativismo.** É META do governo DC fortalecer as organizações cooperativas. Neste sentido, será fornecido pelo Estado aos cooperados o

acompanhamento técnico necessário à execução da sua atividade, treinamento de funcionários quanto a estes aspectos técnicos e novamente, fomentar mercado para os produtores venderem seus produtos;

- ✓ **Estímulo ao ensino e pesquisa.** O governo do DC promoverá em parceria com as universidades estaduais um programa para desenvolvimento de pesquisas na área agropecuária, visando explorar ao máximo a principal característica da economia paranaense, que é o agronegócio. O programa pressupõe o desenvolvimento de pesquisas e diagnósticos no setor agropecuário e identificar aplicar novas tecnologias para a vanguarda do negócio no Paraná. Neste sentido ainda, serão ampliadas e melhoradas as escolas técnicas voltadas para o agronegócio, buscando a formação de mão de obra técnica para todas as especialidades encontradas neste setor no Estado;
- ✓ **Financiamento a longo prazo para energia limpa.** O DC irá financiar a longo prazo os projetos para instalação de energia elétrica renovável, destinado a pequenos produtores rurais. Também serão fornecidos subsídios e estimulado financiamento via BNDS para proprietários de grandes áreas que queiram instalar energia eólica em suas áreas. Entende-se que este programa irá estimular a produção própria e interna de energia nas unidades produtivas, fazendo com que haja maior uma redução de custos de produção e consequente ampliação da competitividade, além do que o excedente pode alimentar o sistema gerador com energia limpa. Além disto, será tarifada com desconto a energia elétrica rural que for utilizada durante a noite e que tenha como tomadores as cooperativas, desde que enquadradas na legislação;
- ✓ **Financiamento de Implementos Solidários.** O governo do DC, em parceria com outros órgãos e instituições financeiras, irá financiar equipamentos de alto custo que forem utilizados de forma solidária por pequenos produtores. O contrato será de forma cooperada e solidária entre quem for utilizar os implementos e pressupõe, a utilização igualitária. Este programa atenderá grande parte do Estado que possui pequenos produtores rurais e além de atender a todos, ainda irá gerar empregos visto algumas delas empregam um trabalhador permanente

e, nas épocas de pico de plantio, tratos culturais e colheita, podem contratar até dois trabalhadores temporários.

- ✓ **Melhoria e Manutenção das estradas rurais.** A estrada rural é o meio pelo qual o agricultor tem acesso aos serviços de saúde, transporte escolar, escoamento da produção, lazer e turismo rural. Neste sentido é de transcendental importância que as estradas estejam sempre transitáveis, mesmo em períodos chuvosos, objetivo do programa de governo do DC;
- ✓ **Seguro aos produtores rurais.** Visando garantir a cobertura de eventuais perdas na sua safra, será instituído e subsidiado ao pequeno produtor rural o seguro agrícola que irá propiciar a segurança necessária para que não haja descontinuidade de renda para estes produtores (geralmente de alimentos) em razão das adversidades climáticas;
- ✓ **Certidão de nascimento para Pets.** O Democracia Cristã entende que não existem cães de rua e que todos os pets que eventualmente estejam nesta condição devem ser identificados e a responsabilidade de guarda restituída aos donos. Utilizar as boas práticas já existentes nesta área e estender a todo o Estado que ficará responsável por fornecer a identificação eletrônica (o chipe) e as prefeituras ficarão responsáveis em fazer os convênios com as clínicas veterinárias para a colocação dos mesmos nos pets. Caberá ao Estado fornecer o software para controle de todo este processo, tendo assim uma posição consolidada no Estado. Assim, fica fácil para identificar o dono dos dogs que eventualmente estejam perdidos nas ruas. Neste sentido, também realizar convênios com clínicas veterinárias para a castração, evitando assim a reprodução indesejada.

2.4 MACRO ÁREA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Comunicação Social é a responsável, entre outras coisas, de comunicar a todos aquilo que o governo está fazendo. Neste sentido, é importante a total transparência das ações o que dará a necessária credibilidade. Assim todas as áreas subordinadas (Rede Educativa e E-Paraná) de forma integrada executarão as políticas setoriais, com

objetivo de bem informar o cidadão paranaense, com notícia precisa e sem ideologia política.

Na área de infraestrutura e gestão, a principal iniciativa está relacionada à manutenção tecnológica do parque, evitando a defasagem e consequente sucateamento das emissoras.

A agência de comunicação (e-Paraná), por ser historicamente uma produtora de conteúdos, onde as suas produções têm caráter educativo, artístico, cultural, científico e informativo, desenvolverá os seus projetos no sentido de promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da comunicação pública através da criação, produção e distribuição de conteúdo e materiais audiovisuais, fazendo isto preferencial através de contratos de gestão o que irá consolidar o modelo de parcerias com órgãos do Estado do Paraná.

Uma das metas da Macro ÁREA da Comunicação Social do governo do Democracia Cristã será a realização de ações que sejam integradas com todas as outras Áreas. Isto fará com que a comunicação seja sempre precisa e sem ruído o que irá propiciar ao cidadão paranaense uma informação padronizada e de qualidade.

2.5 MACRO ÁREA DA CULTURA

O Paraná é um Estado que possui uma grande diversidade. Isto é devido principalmente ao seu processo de formação que foi composto por muitas etnias. Assim, preservar e estimular as expressões culturais em todos os segmentos e de forma abrangente é uma forma de preservar todo este patrimônio cultural.

Neste sentido o governo do Democracia Crista pretende se utilizar de meios eletrônicos para que todos os projetos em todas as regiões do Estado possam ter seus programas registrados e assim ter de forma centralizada, todos os componentes em tempo real.

O governo irá estimular as microculturas de cada região em parceria com a iniciativa privada (PPP), fortalecer estas ricas expressões culturais. Os projetos serão regionalizados visando preservar e incentivar todos o exercício do direito a cultura. Empresas que apoiarem e investirem em cultura, terão benefícios fiscais,

Uma das ações primordiais será identificar todas as expressões culturais de cada região e buscar as parcerias público-privadas que irão produzir os eventos em cada local.

O Estado participará com a formação e manutenção dos grupos de expressões culturais paranaenses e tendo como meta a preservação da diversidade de expressões culturais.

Premissas do plano de governo na área da Cultura

- ✓ Preservar a diversidade de expressões e manifestações culturais tradicionais do Paraná;
- ✓ Promover a todos o acesso às expressões culturais que sejam representativas de um povo/comunidade, respeitadas as premissas básicas do DC;
- ✓ Atender ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), implementando conclusivamente o sistema estadual de cultura com o respectivo plano preconizado pela Lei nº 19.135/17;
- ✓ Ampliar o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - Profice (Lei nº 17.043/11), fundamentalmente com apoio aos pequenos municípios;
- ✓ garantir que o SNC funcione, prioritariamente, por meio do Conselho Estadual de Cultura (Lei nº 17.063/11);
- ✓ Promover e aplicar os Planos Setoriais de Cultura, para todas as linguagens e manifestações que assim se organizarem.

Ações na área da Cultura

- ✓ garantir que o SNC funcione por meio da contribuição do Estado;
- ✓ Criação e execução de um projeto para levantamento, resgate e valorização dos traços culturais nos grandes municípios. (Estímulo as características regionais tais como semana do folclore, da canção, polonesa, italiana, alemã, etc.) criando assim, um calendário oficial, que vise a perpetuação e preservação cultural local;
- ✓ Criar, amparar e melhorar ações voltadas a terceira idade, por meio de oficinas culturais, através de festivais de danças e canções exclusiva para este público;
- ✓ Criar e desenvolver ações culturais para Pessoas com Deficiência - PcD's;

- ✓ Direcionar uma atenção especial ao lares dos idosos, com projetos que levem até eles uma proposta cultural, com danças e teatro;
- ✓ Aproveitar os espaços físicos nos bairros, escolas, e quadras para trabalhar as oficinas de canto-coral, instrumental, teatro, danças típicas (balé, jazz), fanfarra.
- ✓ Investir em oficinas culturais profissionalizantes;
- ✓ Incentivo aos trabalhos sociais e culturais de todos os grupos religiosos existentes no município sem nenhum tipo de preconceito;
- ✓ Semana da arte;
- ✓ Festival do teatro interescolar com premiações;
- ✓ Promover eventos culturais nas praças e parques, estabelecendo uma referência municipal nos programa de convivência, lazer, esporte e cultura;
- ✓ Buscar parcerias para expandir as culturas de base.

O Estado tem uma grande diversidade cultural pois o seu desenvolvimento foi composto por diversas etnias. Assim, ao estimular as culturas de base também será resgatada a riqueza dos processos de desenvolvimento socioeconômico. Também é de suma importância preservar museus e documentos históricos, patrimônio natural e arqueológico.

Legislação

- ✓ Art. 215, § 3º da Constituição Federal de 1988: o PNC deve ter duração plurianual;
- ✓ Art. 1º da Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010: fica aprovado o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo;
- ✓ Art. 1º da Lei Estadual nº 19.135, de 27 de setembro de 2017: O plano Estadual de Cultura do Paraná – PEC/PR define políticas públicas para dez anos. – Revisar e adequar a Lei os planos do DC, se necessário.

Propostas para as entidades vinculadas

a. Biblioteca Pública do Paraná e rede Bibliotecas pelo Estado

Além de reforçar a atuação os projetos já adotados pela BPP, propõe-se a recomposição do quadro de servidores da instituição, que atualmente depende de estagiários para seu correto funcionamento.

b. Centro Cultural Teatro Guaíra

O Teatro Guaíra possui quatro corpos artísticos:

- a Orquestra Sinfônica do Paraná;
- o Balé Teatro Guaíra;
- o G2 Cia de Dança; e
- a Escola de Dança Teatro Guaíra.

Para manter a atividade destes corpos, pretende-se reforçar a atuação do SSA Palco Paraná e interiorizar a atuação das produções do Centro Cultural Teatro Guaíra em cidades de pequeno e médio portes.

c. Palco Paraná

O PALCO PARANÁ foi criado pela Lei Estadual 18.381/2014, com a finalidade de desenvolver e fomentar atividades dirigidas à produção de espetáculos e concertos e à prestação de serviços relacionados às expressões artísticas e culturais.

A proposta para este SSA é mantê-lo ligado às atividades do Centro Cultural Teatro Guaíra, respondendo pela manutenção dos materiais humanos dos corpos artísticos da instituição.

2.6 MACRO ÁREA DO DESENVOLVIMENTO

A forma como Administração Pública é constitucionalmente organizada no Brasil atribui às prefeituras a execução de algumas tarefas consideradas como locais, como por exemplo o como transporte coletivo, a coleta de lixo e urbanismo de forma ampla,

entre outras. Entretanto, a mesma Constituição atribuiu um espaço orçamentário a várias outras funções públicas, especialmente saúde e educação.

Assim, visando coordenar e executar a política de desenvolvimento urbano, a Macro Área Desenvolvimento terá como meta o fortalecimento e a modernização do sistema de financiamento dos municípios, cumprindo o papel federativo do Estado. Como **diretriz**, percebe-se a necessidade de enfrentar a desigualdade entre as regiões e entre municípios maiores e menores, convertendo a heterogeneidade do Paraná em combustível para o desenvolvimento sustentável integrado e planejado para cada localidade e suas vocações.

Dentre as missões a serem implementadas tem-se:

- definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional;
- ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes;
- direcionar recursos a programas, planos e projetos de desenvolvimento sustentável e fortalecimento do aparato institucional dos municípios;
- aplicar o Estatuto das Cidades e da Metrópole, promovendo o desenvolvimento integrado das microrregiões (regiões imediatas), regiões metropolitanas e aglomerados urbanos;
- promover o desenvolvimento sustentável dos municípios;
- auxiliar os municípios com repasse de transferências voluntárias do Governo do Estado para investimentos em infraestrutura básica e social e aquisição de equipamentos e veículos;
- auxiliar os municípios a desenvolverem e/ou revisarem seus Planos Diretores Municipais;
- Fomentar e implantar os planos de mobilidade urbana, tais como as Ciclovias e ciclofaixas;
- Contribuir para o recape e pavimentação de vias e iluminação pública;
- Desenvolver, articular e avaliar planos regionais de desenvolvimento urbano sustentável, com a capacitação de gestores públicos municipais;

- Implantar o Estatuto da Metrópole, visando o desenvolvimento regional integrado das regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões do Estado;
- Promover o Desenvolvimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Integrada para os municípios do Estado;
- Elaborar estudos para definir as funções públicas de interesse comum dos municípios;
- Fomentar, desenvolver e Implantar os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado.
- Construir ou continuar a construção da ponte Caiobá a Guaratuba, conforme projeto em licitação pelo governo atual.

Desenvolvimento da Indústria Paranaense

Governo estimulará a integração da Indústria de forma cooperada. Prioridade para desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, uma vez que o Estado é um grande exportador de *comodities*. Priorizar aqueles setores que irão transformar *comodities* em produtos de alto valor. **O Paraná tem pressa na Indústria.**

O plano para impulsionar o desenvolvimento industrial no Paraná tem como estratégia a criação de mercados para que todos os que produzirem saibam claramente onde venderão seus produtos. Neste sentido e visando este desenvolvimento, o Estado será segmentado de acordo com a especialização que a região já possui ou, se for um polo novo, que esteja próximo a fontes produtoras de insumos para aquela especialidade. Assim as atividades industriais serão segmentadas, em princípio, em indústrias de couro e calçados, indústrias têxteis, indústrias de móveis, indústrias metalmeccânicas, indústrias de alimentos e indústrias de cosméticos. Desta forma, a implantação de indústrias, que formarão um polo industrial, e com isto um modelo de desenvolvimento regional, onde a aglomeração de indústrias no polo irão propiciar um aumento da competitividade.

2.7 MACRO ÁREA DA EDUCAÇÃO

A realidade da reforma do ensino médio acoberta velhos discursos e velhos propósitos que afeta onde a proposição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como norma vinculada à implementação da reforma. Estava presente na MP 746/16 e permanece como determinação da Lei 13.415/17 que “o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos” (determinação que passa a compor o Art. 36 da LDB) e ainda seguinte artigo:

Art. 35-A - A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

1. linguagens e suas tecnologias;
2. matemática e suas tecnologias;
3. ciências da natureza e suas tecnologias;
4. ciências humanas e sociais aplicadas. (Lei 13.415/17).

Na Educação serão fortalecidas as relações com a sociedade, e intensificadas as relações da escola com a comunidade que a cerca, pois este é comprovadamente um fator de sucesso do aluno e de melhoria da qualidade da educação.

É preciso melhores urgentemente Índice de Desenvolvimento Educacional (IDEB) e reduzir a evasão no Ensino Médio. Neste sentido serão estabelecidos prêmios, inclusive em dinheiro, aos diretores e professores que tiver destaque no aumento deste indicador (meritocracia no Ensino).

O processo educacional que a sociedade brasileira quer e exige é voltado para uma educação de qualidade e não apenas acadêmica e de base teórica. A educação de qualquer sociedade visa o futuro para seus cidadãos e neste sentido o Democracia Cristã pauta os seus fundamentos com ênfase nos princípios cristãos.

O PDC no estado do Paraná em seus 399 municípios busca uma parceria junto a sociedade em toda cadeia educacional, a ênfase dos conteúdos deve visar onde o nosso discente se encontra para reforçar sua avaliação de mudanças no seu município.

Metas para a educação no Estado

- ✓ Incentivar escolas que preservem o ambiente de valores culturais regionais, sem ideologias e com um ambiente acolhedor, de modo que o aluno se sinta estimulado a participar e se sinta incluído e representado;
- ✓ Implantar em todas as Escolas Estaduais o piso nacional dos professores, mantendo ou ampliando as melhorias previstas na Legislação Federal;
- ✓ Alavancar em conjunto com as entidades representativas dos professores um plano de carreira que seja moderno e regido pela meritocracia;
- ✓ Iniciar um processo de transformação do Ensino no Paraná substituindo o modelo expositivo para um modelo baseado em inovações tecnológicas e adequando-as pedagogicamente;
- ✓ Avaliar as necessidades de novas escolas em todas as regiões do Estado e construir as unidades com técnicas modernas a fim de que a necessidade e vocação das diversas especialidades das empresas sejam supridas, especialmente por escolas técnicas de Ensino Médio;
- ✓ Criar prêmio para professores que obtiverem aumento do IDEB da escola de acordo com as metas estabelecidas;
- ✓ Criar prêmio para o professor que aumentar o rendimento em suas classes incluindo participação e dedicação a projetos inovadores;
- ✓ Criar prêmio para o aluno que tiver resultado em olimpíadas escolares;
- ✓ Incentivar a criação de escolas militares com o modelo pedagógico focado na meritocracia e disciplina.

PROJETO DE INCLUSÃO DOS AUTISTAS

O projeto consiste em inclusão de autistas e outros, onde todo profissional da educação especial atue com estudantes autistas. Isto será viabilizado a partir da obrigatoriedade de realização de um curso de 40h disponibilizado pela SESA. No ensino superior, serão criados núcleos de suporte ao estudante com autismo, para que as adaptações razoáveis possam ser realizadas.

Gestão do Projeto

Criação da Coordenação Estadual de Políticas para o Autismo (CEPA), para articulação entre secretarias de educação e saúde, dentro da SEJF mas com orçamento para implementais as políticas intersetoriais. Através de diagnóstico situacional promovido pela CEPA, criar mapa de serviços estaduais públicos para o autismo, por região e faixa etária, indicando pontos de atenção à pessoa autista e informações centralizadas ao usuário. Possibilitar a convergência de dados da saúde e educação para o fomento de políticas públicas mais adequadas às necessidades de cada região do Estado do Paraná. Intervir sempre de forma precoce e preventiva no autismo, pois estudos mostram que no autismo quanto antes iniciada, melhor para a qualidade de vida do indivíduo e sua família e que para se atingir a intensidade adequada, é necessário que se adapte também o sistema de educação para o ensino de habilidades e manejo comportamental. Sem esse trabalho simultânea entre educação, saúde e família, não será possível avançarmos. Estima-se que o prazo para implementar o projeto seja de 3 anos.

Diretrizes Gerais

- ✓ Criar diretrizes estaduais para a educação especial do estudante autista, de forma a indicar formação essencial aos profissionais atuantes, COM protocolos de avaliação de aprendizagem aplicados individualmente para a elaboração de Plano de Ensino Individualizado (PEI);
- ✓ Valorizar conteúdos de integração regional, visando a busca da aplicação prática para o setor produtivo em parceria junto ao setor econômico.
- ✓ Implantar o binômio Educação versus Aprendizagem, dando ênfase aos princípios cristãos;
- ✓ Focar também a relação Educação ao desenvolvimento humano em todas as etapas educacionais. (Educação Infantil, Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação Especial, EJA, Educação Profissional e CEEBJA).

A dinâmica proposta do PDC é “Tonar a Educação algo de desenvolvimento ECONÔMICO para o Estado do Paraná”, tornando assim um estado que quer fixar sua

população educacional junto aos seus municípios afim de desenvolver, desenvolver sua “casa” ou pegar o mundo, com preparo. **O Paraná tem Pressa na Educação.**

2.8 MACRO ÁREA DO ESPORTE

O esporte é uma das mais eficientes maneiras de integrar e desenvolver políticas de integração, seja na área de educação ou em qualquer área de governo. Neste sentido, é uma das prioridades do Governo Joni Correia promover e investir no desenvolvimento de políticas públicas que visem:

- ✓ Difundir atividades físicas, desportivas formais e não formais, em especial no ambiente escolar, através do desenvolvimento do esporte de rendimento e a inclusão social, especialmente de pessoas idosas e com deficiência e limitação de coordenação motora ou física, em consonância com as políticas nacional e municipais do esporte;
- ✓ Promover o lazer como modo de integração social das pessoas e grupos, com vista ao desenvolvimento da participação em atividades sociais e comunitárias e ao exercício da cidadania;
- ✓ Gerenciar e zelar pela preservação dos parques, áreas de lazer e equipamentos esportivos no âmbito estadual, bem como estimular a criação desses espaços nos municípios;
- ✓ Promover, incentivar e fomentar o esporte de rendimento em todas as categorias e modalidades;
- ✓ Implementar programas e projetos de esporte como instrumento de política pública de enfrentamento às drogas e a todas as formas de violência social; e
- ✓ Implementar programas e projetos de esporte e a promoção de eventos esportivos que estimulem a cadeia produtiva do Estado e a geração de trabalho e renda.

Atuando de forma integrada com os municípios, serão desenvolvidos s seguintes parcerias:

- ✓ Sedar eventos esportivos, entre eles os Jogos Escolares Paranaenses;
- ✓ Estimular e financiar oficinas de esportes no contraturno escolar;

- ✓ Criar programas de prática esportivas com a comunidade do entorno das escolas;
- ✓ Fortalecer as equipes esportivas das seleções dos jogos municipais, incluindo os recursos para manter os atletas em viagens e custo com uniforme no geral;
- ✓ Criar programas específicos para a prática esportiva na terceira idade, financiando adequações de locais determinados pelas prefeituras.
- ✓ Fomentar parcerias com as igrejas e com o terceiro setor.

2.9 MACRO ÁREA DA FAZENDA

A Macro Área da Fazenda é um órgão de excelência da administração e para tanto além da total transparência deve garantir a sustentabilidade das finanças públicas do Estado do Paraná.

A Macro ÁREA da Fazenda no Governo Joni Correia ir trabalhar com base nos seguintes princípios:

- Ética
- Inovação
- Integridade
- Respeito ao cidadão
- Responsabilidade Fiscal e Ambiental
- Transparência
- Valorização dos servidores

O trabalho será sempre pautado visando atender as seguintes competências:

- ✓ Proteger a economia do Estado do Paraná com a adoção de medidas fiscais que tenha este foco;
- ✓ Elaborar e acompanhar a execução do orçamento do Estado de tal forma que sempre se mantenha o equilíbrio fiscal através de um rígido controle dos gastos públicos;
- ✓ Interpretar corretamente a legislação tributária, agindo sempre com total transparência e fornecendo aos contribuintes o suporte e o treinamento necessários para que eles entendam as Leis Tributárias;

- ✓ Gerir o processo de arrecadação dos tributos estaduais através de políticas tributárias corretas, executando, controlando, acompanhando e avaliando a sua execução de maneira permanente;
- ✓ Manter o registro e o controle administrativo da política tributária, promovendo permanentemente a sua simplificação para que todos possam entender as leis tributárias.

2.10 MACRO ÁREA DA FAMÍLIA

A base de toda a política de governo do Democracia Cristã é a Família. As famílias são o centro de toda a integração dos programas sociais de governo e são elas que terão inserção e reinserção nos programas, portanto, são a base de tudo. Neste sentido as famílias serão permanentemente sensibilizadas a criar os ambientes favoráveis pois são a célula base de toda a sociedade. Quando mais preparadas e instruídas, quanto mais participativas e inseridas as famílias forem, mais condições as pessoas terão para perceber a relevância do desenvolvimento de cada cidadão.

As próprias escolas não podem ser concebidas sem a presença atuante e participativa das famílias. As relações da escola serão fortalecidas as relações com a sociedade, e intensificadas com a ampla integração das famílias com a escola, fator que comprovadamente contribui para o sucesso do aluno e melhoria da qualidade da educação. Serão criados mecanismos para que os pais possam acompanhar de forma interativa a formação dos seus filhos.

A defesa da Família tradicional e Cristã, é um dos **princípios inalienáveis** do partido Democracia Cristã, portanto ela estará presente e representada em todas as Macro Áreas do Governo.

2.11 MACRO ÁREA DA HABITAÇÃO

Desenvolvimento de uma política habitacional, rural e urbana que vise diminuir e privilegiar moradias dignas para pessoas especialmente aquelas que vivem em Áreas de Risco. Identificar em parceria com os Municípios, todas estas áreas de risco visando priorizar a construção para estas situações. Fazer estudos em parceria com organizamos

internacionais para que sejam implantados nas áreas de risco hoje habitadas não sejam novamente ocupadas (desocupar e dar solução definitiva).

Assim através dos Programas Habitacionais do DC serão viabilizadas moradias à população de baixa renda, desenvolvendo programas que visem tirar pessoas que vivem em regiões de alto risco. O formato prevê parcerias com municípios, agentes financeiros, empresas de construção civil e outros órgãos do Estado afim de alavancar as ofertas de moradias. Calcula-se que atualmente o Estado possui um déficit habitacional de mais de 300 mil moradias. Este número é ainda maior se forem contempladas pessoas que vivem em áreas de risco e que não estão devidamente mapeadas. Assim, é um tema de interesse pois além do problema social, é uma área que tem grande impacto econômico e é gerador de empregos. **O Paraná tem pressa na Habitação.**

2.12 MACRO ÁREA DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Gestão da Malha Logística

Aprimorar a malha logística e modernizá-la. Viabilizar e integrar os diversos modais, explorando aqueles que são subutilizados, como por exemplo o modal do transporte fluvial com o objetivo de melhorar a competitividade. Vislumbra no médio/longo prazo a diminuição da dependência do modal rodoviário.

Intermodais de Transporte Realizar estudo de viabilidade técnica econômica e financeira para definição dos pontos estratégicos para integração de todos os modais de transporte para potencializar os investimentos públicos e as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

O Paraná tem pressa na Gestão da Malha Logística.

Gestão do Modal Aeroviário

Realizar estudos para verificar quais aeroportos precisam de suporte técnico, bem como estudos de viabilidade de novos aeroportos, tanto para transporte de passageiros como para um modal de transporte de cargas.

Os aeroportos que estejam sob competência federal deverão ter a gestão cobrada daquele ente no sentido de ampliar/installar os equipamentos para operação efetiva por instrumentos bem como verificar a necessidade de novas pistas de pouso.

Gestão do Modal Hidroviário

Fazer estudos em parceria com as universidades estaduais de viabilidade técnica e econômica para a implantação do modal hidroviário, especialmente nos grandes rios do Paraná.

Gestão dos Portos

Ponto de atenção constante devido a importância para a economia paranaense, os portos devem ter em constante foco a manutenção da drenagem, ampliação de capacidade e melhoria na infraestrutura do pátio. Projeto “Fila Zero” para os caminhões.

Gestão das Rodovias Pedagiadas

Proposta para Manutenção / Concessão de Rodovias

Criação de um Serviço Social Autônomo (empresa privada paraestatal, criada pelo poder público) específico a fim de administrar e manter as estradas sob responsabilidade do Governo do Estado, estando a empresa vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística ou Secretaria que o valha. Os Serviços Sociais Autônomos não prestam serviços públicos delegados pelo Estado, mas atividade privada de interesse público (serviços não exclusivos do Estado).

Arrecadando as tarifas de pedágio será auditada pelo Tribunal de Contas do Paraná, pois por receberem e gerenciarem recursos públicos sujeitam-se ao controle do Tribunal de Contas conforme previsão constante do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Devem também prestar contas à Secretaria de Estado vinculada. O STF julgou em 2007 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.864-9, que discutia a constitucionalidade dos Serviços Sociais Autônomos e deliberou que é compatível com a ordem constitucional a cooperação de entes de natureza jurídica de direito privado, como os serviços sociais autônomos. Decidiu, ainda, que a obrigatoriedade de

observância dos procedimentos licitatórios não se aplica para as entidades privadas que atuam em colaboração com a Administração Pública. O STF entendeu que os Serviços Sociais Autônomos não estão obrigados à contratação de funcionários sob o regime jurídico próprio dos servidores públicos, podendo “contratar empregados sem a realização direta de concurso público pela Consolidação das Leis do Trabalho.”, não gerando estabilidade para os empregados contratados. A criação desta entidade dar-se-á por envio pelo Poder Executivo de Mensagem com Projeto de Lei à Assembleia Legislativa. **O Paraná tem pressa na Gestão das Rodovias Pedagiadas.**

Criação de centros de atendimento aos caminhoneiros

As principais rodovias pedagiadas deverão ter em suas rotas centros de apoio aos caminhoneiros onde eles possam pernoitar com segurança em caso de necessidade. Estes centros devem ser dotados de locais apropriados para banho e higiene pessoal. Os custos de manutenção serão de responsabilidade das empresas que estiverem gerindo os respectivos pedágios.

Informações sobre os Municípios do Estado do Paraná

Desenvolver e manter as informações já existentes de forma simples e acessível aos cidadãos:

- ✓ Andamento de obras nos municípios paranaenses;
- ✓ Consulta e emissão de guia de débitos ambientais;
- ✓ Licitações autorizadas aos municípios;
- ✓ Consulta inscrição de CPF e CNPJ no CADIN;
- ✓ Disponibilizar uma forma dos municípios solicitarem via site financiamentos do BRDE, Licenciamento Ambiental e Outorga de uso de água, entre outros.

Outras informações da Macro Área de Infraestrutura e Logística

- ✓ Informações completas sobre a Estrada de Ferro Paraná Oeste;
- ✓ Informação sobre localização e operação dos aeroportos do Estado;
- ✓ Informações completas e on-line sobre a malha rodoviária do Estado, incluindo as malhas rodoviárias sob concessão;

- ✓ Informações sobre empresas que operam nos portos paranaenses;
- ✓ Informações on-line sobre operação e tarifários das balsas de Caiobá /Guaratuba (enquanto existir).

Gestão das empresas de Energia e Saneamento

Desenvolver ações para que as empresas que fornecem estes serviços adequem as suas governanças no sentido de:

- ✓ Fornece aos usuários serviços de qualidade, no tempo exato, sem soluções de continuidade e com preços adequados;
- ✓ Fornecer aos carentes serviços sem custo;
- ✓ Fomentar junto aos presidentes destas empresas, que destinem aos seus colaboradores uma justa distribuição de resultados, compatível com o trabalho e metas que forem atingidas;
- ✓ Incentivar para que estas empresas forneçam aos cidadãos que quiserem, toda a tecnologia necessária para que possam utilizar energias limpas (exemplo: energia solar), inclusive com possível financiamento a longo prazo.

2.13 MACRO ÁREA DA JUSTIÇA

A macro área da justiça será a responsável em dar o apoio necessário para assegurar e implementar ações de defesa, proteção e garantia de direitos fundamentais, prevenção, articulação e planejamento das ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo, bem como elaborar ações integradas com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Controladoria-Geral do Estado.

A Macro ÁREA da Justiça também promoverá o planejamento e irá propor e coordenar a política penitenciária, com a finalidade de promover ações efetivas para reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Atuará ainda na promoção e execução de políticas públicas voltadas para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Ainda, no governo do Joni Correia a macro área da Justiça irá promover políticas de acesso à Justiça Básica e executar programas de proteção a pessoas e defensores de

direitos humanos, além de realizar ações e políticas públicas de prevenção ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

Permanentes ações preventivas serão realizadas para a proteção dos direitos do consumidor e a promoção de políticas para assentamento e regularização fundiária à população indígena também fazem parte das atribuições da pasta.

Algumas atribuições que serão tratadas pela da área da justiça

- ✓ Ser o Centro de Inteligência e Operações Estratégicas a quem compete
- ✓ Dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito da ÁREA da Justiça, do Sistemas Penal e Socioeducativo;
- ✓ Atualizar a doutrina judiciária;
- ✓ Promover, com os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência, o intercâmbio de dados e conhecimentos, necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais por parte da ÁREA da Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo;
- ✓ Fomentar e propor ações de capacitação relacionadas com a atividade de inteligência, em parceria com a Escola de Serviços Penais e com outros órgãos e instituições, no Estado ou País;
- ✓ Desenvolver, acompanhar, avaliar e apoiar projetos relacionados com a atividade de inteligência;
- ✓ Elaborar estudos e pesquisas para o aprimoramento das atividades de inteligência e de enfrentamento ao crime organizado;
- ✓ Fomentar a integração e a cooperação entre os órgãos de inteligência de suas instituições vinculadas, em articulação com os órgãos integrantes do sistema de inteligência, em âmbito estadual e nacional.

Executar a Política Penal

- ✓ planejar, coordenar e executar as atividades relativas à implantação de políticas públicas penais no sistema penitenciário;

- ✓ promover a articulação com os demais Órgãos da Execução Penal e instituições do Sistema de Justiça Criminal;
- ✓ participar do planejamento e gestão da política penal do Estado, executando ações de prevenção da reincidência;
- ✓ planejar e promover a Política de Gestão das unidades penitenciárias, bem como, desenvolver ações que qualifiquem os instrumentos de gestão do sistema penitenciário.

Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas

- ✓ promover ações que contribuam para a inclusão social do cidadão, reduzindo os riscos de envolvimento com drogas bem como políticas de prevenção;
- ✓ orientar as famílias de usuários e auxiliar na reinserção de dependentes químicos na sociedade;
- ✓ executar os objetivos do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e promover a educação e a socialização do conhecimento sobre drogas no Estado.

Departamento de Defesa do Consumidor

O PROCON é o órgão que atuará no governo DC com os seguintes objetivos:

- ✓ Esclarecer, conscientizar, educar e informar o cidadão sobre seus direitos e deveres enquanto consumidores.
- ✓ Orientar, receber, analisar e encaminhar reclamações, consultas e denúncias de consumidores;
- ✓ Fiscalizar preventivamente os direitos do consumidor e aplicar as sanções, quando for o caso.

2.14 MACRO ÁREA DO PLANEJAMENTO

A Macro ÁREA do Planejamento será a responsável por coordenar e monitorar todas as Áreas do Democracia Cristã. Cabe a ela também a definição de metodologias, tecnologias e fluxos de informações para o monitoramento e avaliação dos programas

de Governo e pela avaliação dos resultados obtidos na execução do Plano Plurianual, identificando seus níveis de eficiência, eficácia e efetividade.

A ÁREA do Planejamento também será responsável pela desburocratização do Estado, tendo como premissas a agilidade e eficiência. Ela irá coordenar e supervisionar todos os projetos que visem à racionalização, modernização e reestruturação de todas as áreas do Governo do Estado, com objetivo de garantir que a gestão seja sempre dotada de inovação.

2.15 MACRO ÁREA DA SAÚDE

Investimentos maciços tanto na questão preventiva quanto na curativa. Respeito absoluto a prescrição dos médicos sem interferência do Estado nesta questão. Parceria com os municípios para fortalecer em cada região o funcionamento das Redes de Saúde.

O Paraná tem Pressa na Saúde.

A Saúde é um dos grandes desafios do governo e todas as ações serão no sentido de promover o acesso integral a todos os cidadãos paranaenses. Aqueles programas que funcionam bem serão mantidos e outros serão implementados. Sempre buscando o atendimento do cidadão o mais próximo possível da sua residência.

Ações a serem implementadas

- ✓ Programa da Saúde preventiva com a atenção a hipertensos e diabéticos;
- ✓ Campanha educativas especialmente em áreas críticas que exigem a participação de todos (Ex.: combate à Dengue);
- ✓ Trabalho com terapeutas integrativas;
- ✓ Incentivo aos programas municipais para a saúde da mulher;
- ✓ Atendimento especial para nossos Idosos e pessoas com necessidades especiais, preferencialmente com programas de atendimento domiciliar;
- ✓ Programa de saúde de qualidade aos servidores públicos;
- ✓ Ampliar as especialidades médicas municipais, com isso evitando o transporte de pacientes para outros municípios;

- ✓ Treinamento do pessoal existente e contratação de mais profissionais da saúde e fiscalização intensiva do cumprimento da carga horária de permanência do posto de trabalho;
- ✓ Terapias preventiva para diminuir doenças, inclusive a depressão e consequentemente as medicações e demais consequências causadas por elas.
- ✓ Ampliação hospitais de tal forma que todas as regiões sejam contempladas com todas as modalidades de tratamento;
- ✓ Integrar todas as Secretarias Municipais da Saúde para que a ação possa ser tomada baseada e dados reais, em casos que requeiram intervenções do Estado (ex.: pandemia);
- ✓ Saúde bucal infantil – aplicação semanal de flúor para crianças de 1ª a 4ª séries. Estagiários das escolas de Odontologia farão esta aplicação, em convenio com o governo do Estado;
- ✓ Efetivar parcerias com consórcios de municípios para formação de profissionais de referência em pessoas com autismo e que possam atuar na orientação e formação de profissionais não especialistas em todas as regiões do Estado;
- ✓ Buscar, gradualmente, a migração para intervenções comunitárias, centradas na família, para ampliar o alcance dos atendimentos. Incentivar a aplicação de escala de risco para autismo, promovendo a detecção precoce. M-CHAT R já está na Carteira de Vacinação.

PROJETO SAÚDE VISUAL ESCOLAR

O serviço é voltado aos alunos ingressantes na rede escolar a partir da pré-escola e consiste na aferição da acuidade visual atualizada, de todos os ingressantes. A realização deste procedimento pode ser feita por Oftalmologistas ou por profissionais Optometrista, dependendo da disponibilidade destes profissionais nas diversas regiões do Estado. O exame pode ser realizado, tanto em consultórios particulares credenciados com o Estado ou junto à rede do Sistema Único de Saúde (Postos de Saúde disponíveis nos municípios). Dependendo ainda da disponibilidade de profissionais em cada região, o exame também poderá ser realizado na própria escola, se for possível alocar uma estrutura para isto, sempre através de convênio.

Objetivos do projeto

- ✓ Evitar baixo rendimento estudantil por problemas de visão sem diagnóstico e consequente evasão escolar;
- ✓ Inserção de Optometristas como mais um profissional apto a diagnosticar problemas visuais em crianças;
- ✓ Inserção de Optometristas em todas as unidades básicas de saúde, pois este é o profissional mundialmente reconhecido e academicamente preparado para a atenção primária da saúde visual e ocular;
- ✓ Inserção dos consultórios de Optometria nos consórcios intermunicipais de saúde espalhados pelo estado.
- ✓ Crianças da rede pública de baixa renda que tiverem identificado um problema de visão contarão também com um banco de óculos e armações para que possam corrigi-lo.

PROJETO QUERO AJUDAR

O PROJETO “**Quero Ajudar**” pressupõe o desenvolvimento um aplicativo pelo Governo do Estado e que consiste em unir aquelas pessoas que querem ajudar com aquelas que precisam de ajuda. Inicialmente o carro chefe será visa colocar em contato os doadores de Órgãos de Medula Óssea com hospitais que fazem os transplantes e os realizem ou as pessoas que estão em fila para realizar algum procedimento. O primeiro passo é utilizar o APP no Estado do Paraná mas que certamente poderá ser estendido ao todo o Brasil.

O Aplicativo será desenvolvido e mantido pelo Estado e distribuído gratuitamente a todos, tanto os que precisam quanto os que podem ajudar.

O aplicativo pretende utilizar eventuais estruturas já existente e que já funcionam a contento, como por exemplo o Projeto “Vidas gerando Vidas” de Maringá.

Também poderão ser cadastradas pessoas ou municípios ou ONGS que já dispõem de alguma estrutura para atender aquelas pessoas que precisam se deslocar no Estado para tratamentos médicos.

A meta é duplicar em quatro anos os transplantes de órgãos e de medula no Estado do Paraná.

2.16 MACRO ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Uma das grandes demandas da sociedade a segurança pública, requer do Estado uma Ação Firme e de impacto para combater a crescente criminalidade. Investimentos em equipamentos e principalmente no fator humano (policiais) são as metas emergenciais do Governo Joni Correia. É necessário que as agências de segurança se adaptem e tenham as condições de se antecipar às novas modalidades criminais que emergem neste mundo globalizado, com investimentos centrados numa polícia inteligente, em tecnologia e inovação e na constante valorização dos profissionais que atuam no enfrentamento e na contenção dos índices criminais. **O Paraná tem Pressa na Segurança Pública.**

A segurança pública é uma área nevrálgica e fundamental na medida que a violência e a criminalidade exigem do Estado e instituições policiais ações precisas e imediatas e que sejam acima de tudo eficientes e inovadoras, pois a população está insegura e atemorizada. Através da valorização dos profissionais que atuam em segurança pública é que os índices de criminalidade serão reduzidos.

Neste sentido é necessário que as forças policiais estejam sempre atentas e se antecipem às novas modalidades criminais que se apresentam a cada dia. Assim, é urgente e necessário que haja investimentos que propiciem uma polícia inteligente, onde a tecnologia e a inovação estejam em todos os setores das forças de Segurança.

A partir da utilização do que há de mais moderno em tecnologia de segurança e sempre de forma antecipada (estar sempre um passo à do crime) com um trabalho integrado das diversas agências de segurança e nos diversos níveis de governo (órgãos federais, estaduais e municipais) é possível garantir efetiva segurança da população.

Ações a serem desenvolvidas

- ✓ Integração entre as polícias e as pessoas da comunidade, tornando assim, um respeito mútuo entre os cidadãos e as autoridades policiais;
- ✓ Prioridade para o policial e a sua família com ações que visem comprometimento e humanização;
- ✓ Fazer gestão para que os conselhos municipais de segurança pública sejam transformados em Lei Estadual, regulamentando os CONSEGS e trazendo a participação efetiva da comunidade;
- ✓ Desenvolver políticas públicas com a defesa civil e associação de moradores integrados ao conselho tutelar e as polícias civil e militar;
- ✓ Fomentar com ações e com aporte de recursos para a criação da guarda Municipal em todos os municípios paranaenses com mais de 40 mil moradores, conforme estabelece a Lei Federal 13022 de 08 de agosto de 2014;
- ✓ Investimentos em Tecnologia de investigação similares as utilizadas pelas polícias de algumas cidades (exemplo: Nova Iorque);
- ✓ Modernização do sistema de Polícia Civil, tornando mais célere as ações e trâmites legais a serem adotados após o registro do Boletim de Ocorrência Unificado – BOU;
- ✓ Integração entre as agências de segurança pública: nacional, estadual e municipal, através dos sistemas de comunicação e informação, assim evitando perda de informação e otimizando as ações e trâmites legais;
- ✓ Aprovação de leis Estatutárias mais modernas (Estatuto da Polícia Civil do Paraná lei 14/84), com a previsão do ingresso único, trazendo a Polícia Civil do Paraná para o século XXI a exemplo das melhores polícias do mundo;
- ✓ Reestruturação dos cargos e salários e do sistema de progressão e promoção dos policiais civis e o fim da lista tríplice;
- ✓ Alteração na E.C.45/2019, (devolver aos policiais civis o direito a uma aposentadoria especial), que exige do policial civil a contribuição de 35 anos de atividade profissional para homens e 30 anos para mulheres para garantir sua aposentadoria;

- ✓ Garantir um quadro mínimo (policial/habitantes) de policiais civis do Paraná para atendimento as demandas do cidadão;
- ✓ Certificar a capacidade e competência dos gestores e auxiliares para que estes possam dirigir a Polícia Civil com competência e capacidade técnica comprovada na área onde vão prestar serviços, fim da indicação sem a devida comprovação técnica de experiência;
- ✓ Apoio total as Demandas dos Policiais, conforme proposta recebida das Associações PM/BM, a saber:
 - Reposição Gradativa das perdas salarias;
 - Manutenção da data base;
 - Nível Superior como requisito para ingresso;
 - Recomposição do Efetivo;
 - Estudos visando a autonomia Administrativa e Orçamentária;
 - Readequação dos Planos de saúde para ativos e inativos e seus familiares;
 - Valorização das Associações reconhecendo como legítimos representantes da categoria;
 - Manutenção no Estado do Paraná das garantias previstas na Lei Federal 13.954;
 - Oferecimento de defesa jurídica aos Policiais Militares dissociada da Defensoria Pública em litígios decorrentes do exercício da atividade;
 - Indenização para aquisição de uniforme;
 - Plano de carreira baseado em meritocracia;
 - Extensão da Função Privativa da Polícia Militar ao nível de destacamento PM e de Seção de Bombeiros.

Tabela salarial a ser utilizada (obtida em 21/09/2021):

TABELA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO SUBSÍDIO PMPR												
	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Delegados (1ª, 2ª, 3ª, 4ª Classe)	Cel	22.096,30	22.790,12	23.505,72	24.243,79	25.005,04	25.790,19	26.600,00	27.435,24	28.296,70	29.185,21	30.101,62
	Ten-Cel	21.058,38	21.719,61	22.401,60	23.105,01	23.830,50	24.578,77	25.350,54	26.146,54	26.967,54	27.814,32	28.687,68
	Maj	20.069,89	20.700,08	21.350,06	22.020,45	22.711,89	23.425,04	24.160,58	24.919,22	25.701,68	26.508,71	27.341,08
	Cap	19.128,45	19.729,08	20.348,57	20.987,51	21.646,51	22.326,21	23.027,25	23.750,30	24.496,05	25.265,22	26.058,54
Peritos (1ª, 2ª, 3ª, 4ª Classe)	1Ten	14.956,90	15.426,54	15.910,93	16.410,53	16.925,82	17.457,29	18.005,44	18.569,81	19.152,90	19.754,30	20.374,58
	2Ten	13.065,74	13.476,00	13.899,14	14.335,57	14.785,70	15.249,97	15.728,81	16.222,69	16.732,08	17.257,46	17.799,34
	Sub	11.251,38	11.604,67	11.969,05	12.344,87	12.732,49	13.132,29	13.544,64	13.969,94	14.408,59	14.861,01	15.327,64
	1Sgt	10.083,36	10.399,97	10.726,52	11.063,33	11.410,71	11.769,00	12.138,54	12.519,69	12.912,80	13.318,26	13.736,45
Investigadores/Escrivães (1ª, 2ª, 3ª, 4ª Classe)	2Sgt	8.223,85	8.482,07	8.748,40	9.023,09	9.306,41	9.598,63	9.900,02	10.210,88	10.531,50	10.862,18	11.203,25
	3Sgt	7.548,52	7.785,54	8.030,00	8.282,14	8.542,19	8.810,41	9.087,05	9.372,38	9.666,67	9.970,20	10.283,26
	Cb	6.966,53	7.185,27	7.410,88	7.643,58	7.883,58	8.131,12	8.386,43	8.649,76	8.921,36	9.201,49	9.490,41
	Sd	6.793,48	7.006,79	7.226,80	7.453,72	7.687,76	7.929,15	8.178,12	8.434,91	8.699,76	8.972,93	9.254,68
	Anos	0----4	5----9	10----14	15----19	20----24	25----26	27----28	29----30	31----32	33----34	35
	Asp	8.223,85										
	Cfo 3	7.548,52										
	Cfo 2	6.966,53										
	Cfo 1	6.793,48										
	Alsd	3.396,74										

TABELA ATUAL PM

Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Cel	19.840,62	20.817,65	21.794,70	22.771,72	23.748,75	24.725,79	25.702,82	26.679,86	27.656,88	28.633,92	29.610,94
Ten-Cel	18.910,13	19.840,62	20.771,13	21.701,63	22.632,14	23.562,66	24.493,17	25.423,66	26.354,17	27.284,67	28.215,16
Maj	17.856,72	18.734,54	19.612,38	20.490,22	21.368,06	22.245,90	23.123,74	24.001,56	24.879,39	25.757,22	26.635,06
Cap	17.020,68	17.819,95	18.692,76	19.528,77	20.364,81	21.200,83	22.036,88	22.872,90	23.708,95	24.544,98	25.381,03
1Ten	11.831,52	12.408,08	12.984,64	13.561,23	14.137,80	14.714,38	15.290,95	15.867,53	16.444,10	17.020,68	17.597,25
2Ten	10.327,39	10.828,75	11.330,16	11.831,52	12.332,88	12.834,25	13.335,63	13.836,99	14.338,35	14.839,73	15.341,09
Sub	7.865,69	8.238,98	8.612,25	8.985,54	9.358,83	9.732,11	10.105,41	10.478,68	10.851,97	11.225,27	11.598,53
1Sgt	6.514,77	6.818,01	7.121,26	7.424,49	7.727,71	8.030,96	8.334,21	8.637,45	8.940,67	9.243,92	9.547,16
2Sgt	6.075,61	6.356,90	6.638,17	6.919,46	7.200,73	7.482,02	7.763,30	8.044,58	8.325,85	8.607,16	8.888,42
3Sgt	5.686,45	5.945,76	6.205,11	6.464,42	6.723,74	6.983,08	7.242,39	7.501,71	7.761,04	8.020,35	8.279,66
Cb	5.530,73	5.772,29	6.013,83	6.255,36	6.496,89	6.738,43	6.979,97	7.221,50	7.463,03	7.704,57	7.946,10
Sd	5.401,58	5.621,17	5.840,73	6.060,32	6.279,91	6.499,49	6.719,06	6.938,65	7.158,22	7.377,80	7.597,37
Anos	0----4	5----9	10----14	15----19	20----24	25----26	27----28	29----30	31----32	33----34	35
Asp	7.827,69										
Cfo 3	4.748,59										
Cfo 2	4.181,38										
Cfo 1	3.776,22										
Alsd	2.391,64										

2.17 MACRO ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A empresa responsável por toda área de TI e todos os "Programas Digitais" do Estado do Paraná é a **Celepar** - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, empresa de economia mista onde o governo do Estado do Paraná é o seu acionista majoritário.

Hoje é a Celepar que dá suporte a muitos serviços já são prestados ao cidadão de maneira DIGITAL, como, por exemplo, algumas funcionalidades do DETRAN onde basicamente todos os serviços podem ser solicitados pelo Portal. O programa PIÁ (Paraná Inteligência Artificial) também já dispõe de muitos serviços acessíveis ao cidadão, de forma DIGITAL. O próprio Portal, descreve que "Por meio do PIÁ, você pode consultar a sua pontuação na carteira de motorista, as faturas de água e energia elétrica, solicitar a renovação de documentos e agendar atendimento em diversos órgãos públicos. É possível ainda verificar o boletim escolar dos filhos, emitir guias de pagamento e consultar seu saldo no Nota Paraná".

Aproveitar a estrutura já existente da CELEPAR para que ela seja o ponto de intersecção de todas as áreas e escolas no sentido de viabilizar todas essas ferramentas os cidadãos.

Dados os grandes valores que sempre estão envolvidos quando se trata com Tecnologia de Ponta, é de fundamental importância que a gestão e os contratos e valores tratados pela Celepar sejam sempre transparentes e públicos, para evitar atividades ilícitas dentro da administração pública.

Assim, o governo do DC pretende ampliar a integração do Estado com o cidadão e oferecer de forma on-line todos os serviços possíveis que venham a desburocratizar quaisquer tratativas necessárias entre cidadão e governo. Neste sentido, a área da informática, também passa a ser uma parte da infraestrutura e da própria governança e pode ser associada a Educação visto que pode disponibilizar para as escolas a ferramenta de tecnologia no ensino.

Enfim, não existe forma de se operar nada no mundo moderno sem a presença da Tecnologia da Informação, pelo que ela é uma Área Estratégica do Staff do governo.

A TI nas escolas do Paraná já fornecem e podem ainda fornecer inúmeros serviços, como os a seguir relacionados, projetos que se pretende implantar no Governo do DC:

- ✓ acesso à internet (links, rádios, WiFi, prestadores de serviços, etc.);
- ✓ dispositivos para os alunos (notebook, tablet, entre outros);
- ✓ estrutura de conteúdo educacional (pedagógico, social, religioso, interativo com pais e sociedade);
- ✓ capacitação de professores;
- ✓ integração escola - família (pais de alunos fazendo parte da escola - integração).

É a TI na educação onde as questões de TI estão muito ligadas às questões pedagógicas, pois é a infraestrutura de TI que possibilitará ou não uma melhor integração entre "conteúdo educacional, professores, alunos, pais e sociedade".

A TI no mundo corporativo privado, geralmente está ligada a área estratégica. Neste sentido a de TI hoje, geralmente está ligada ao CEO ou conselho administrativo das empresas, pois quer se queira ou não, ela hoje é tão importante como a área comercial nas empresas. Embora não seja a TI que traz o dinheiro para a empresa (a menos que seja uma empresa de TI), ela certamente é o grande facilitador e "reduzidor" de gastos se for bem utilizada. Há alguns anos os administradores e proprietários das empresas enxergavam a área de TI como custo (gastos e mais gastos).

Hoje, se bem planejada, ela é vista como investimento (quanto mais e melhor se investir em TI, mais retorno da área comercial você terá). Como no governo o retorno passa, principalmente, pela satisfação do cidadão e, a educação é a semente a ser plantada para as futuras gerações, então estes seriam os pontos mais importantes de retorno.

Não esquecendo, obviamente, a saúde e a segurança aos quais a TI também pode proporcionar diversos benefícios (economia, prestação de serviços eficientes e eficazes, informação, prevenção, entre outras).

Metas para a Tecnologia:

- ✓ Criação uma rede de comunicação própria, a exemplo da Solaris sistema UNIX e reformulação da Política de software;
- ✓ Criar redes integradas para todos os processos e protocolos utilizando-se também a Inteligência Artificial;
- ✓ Criar em parceria com a Celepar e outras áreas técnicas de tecnologia a Faculdade de Estudos Superiores em Tecnologia da Informação;
- ✓ Promover preferencialmente por sistema de parcerias a inclusão digital em todo o Estado do Paraná o que permitirá a disponibilização de cursos profissionalizantes com qualificação aos cidadãos.

Fundação Araucária

A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) busca o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado do Paraná, por meio de investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Atualmente a Fundação tem três linhas de atuação:

- ✓ Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica;
- ✓ Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores;
- ✓ Disseminação da Pesquisa Científica e Tecnológica.

Ação de Governo

Criar um grupo multidisciplinar, com representantes do governo, da comunidade científica e da sociedade civil, visando readequar e realinhar, se necessário, a atuação da Fundação.

Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), empresa pública do Governo do Estado fundada em 1940, é um instituto de ciência e tecnologia que, com seu corpo técnico, apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil. Possui sedes em Curitiba, Araucária, Maringá e Jacarezinho.

Atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, na Produção e Soluções Tecnológicas, que agreguem valor aos clientes e à sociedade.

Atualmente o Instituto tem duas principais linhas de atuação:

- ✓ Manter e aprimorar o desenvolvimento e produção de imunobiológicos, medicamentos biológicos e sintéticos;
- ✓ Promover a integração, desenvolvimento e criação de laboratórios multiusuários para atender as demandas de pesquisa e trabalhos técnicos do setor produtivo e academia, juntamente com a Fundação Araucária.

Ação de Governo

Avaliar em conjunto com a comunidade científica a atuação e suas linhas de pesquisa visando assim a racionalização e a consequente maximização do investimento público.

2.18 MACRO ÁREA DO TRABALHO

A retomada do crescimento econômico pós pandemia deverá melhorar os indicadores de emprego. Dados mostram que quem sofreu um grande impacto foram os trabalhadores com o ensino médio incompleto e aqueles que estavam na informalidade. Nestes segmentos 16,5% dos trabalhadores tiveram problemas de renda no Paraná. Entre as pessoas que têm ensino superior completo 4% estão desempregadas. Os jovens de 14 a 17 anos somam a maior parte de trabalhadores desocupados, com taxa de 34,4%, seguidos pela faixa etária de 18 a 24 anos, que registrou índice de desemprego de 17,6%.

Assim, as agencias que atendem o trabalhador serão a prioridade do DC na área do Trabalho. É importante que haja uma consolidação de ofertas de vagas em cada macrorregião do Estado, Além disto, em conjunto com outras secretarias, serão

viabilizados cursos de curta duração para capacitar o trabalhador, especialmente o jovem para melhorar a sua qualificação e com isto reinseri-lo no mercado de trabalho, especialmente na agroindústria e na indústria.

Para viabilizar esta qualificação, serão feitos convênios e parcerias com os municípios visando desenvolver programas específicos para atender a demanda de mão de obra, especialmente a de natureza técnica, que está em falta em muitos segmentos.

Assim, ao promover a qualificação dos trabalhadores através de cursos de curta duração ou cursos técnicos de ensino médio, o setor agroindustrial paranaense terá a sua disposição mão de obra qualificada em todas as atividades. Não faltarão mais técnicos, especialmente naquelas atividades ligadas a Agricultura e aos diversos segmentos do Agronegócio. **O Paraná tem pressa no trabalho e geração de empregos.**

2.19 MACRO ÁREA DO TURISMO

O setor do Turismo é um dos grandes setores de geração de emprego e renda e fixa as populações locais e fomenta a economia regional. O Estado do Paraná é rico em atrações turísticas e o setor precisa ser fortemente incentivado. Dobrar o PIB do setor em 4 anos e a meta é investir muito forte em publicidade e propaganda nos principais países do mundo mostrando os inúmeros lugares turísticos de cada região, aumentando assim o interesse pelo turismo no Estado, que possui uma das 7 Maravilhas do Mundo, que são as Cataratas do Iguaçu, e salientando a facilidade ao turista em acessar esta atração que está bem próxima do Aeroporto de São Paulo além de ter um moderno Aeroporto Internacional próprio. **O Paraná tem pressa no Turismo.**

3. COLABORADORES DO PLANO DE GOVERNO

Pessoas que colaboraram ativamente na elaboração deste Plano de Governo:

- ✓ Ailson Oliveira Colassi;
- ✓ Cesar Bassani;
- ✓ Douglas Rodrigues;
- ✓ Francisco Cruz Junior;
- ✓ Gehad Hajar;
- ✓ Joni Correia e
- ✓ Roberto Conte.

Especial agradecimento aos candidatos a Deputados Estadual e Federal que enviaram contribuições e sugestões para que este Plano tenha sido possível.